



Vazamento com viés político impacta eleição

Lula critica influência da crise do STF no processo eleitoral e reclama de divulgação seletiva sobre investigações. Presidente defende debate sobre mandatos de ministros

» PEDRO JOSÉ BORGES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou, ontem, os impactos ao processo eleitoral com a crise que assola o Supremo Tribunal Federal (STF) e reclamou de decisões da Corte com “viés político”.

Segundo o presidente, o problema ocorre quando informações sigilosas são divulgadas de forma seletiva durante o período eleitoral. “Quando chega a época política, as pessoas começam a fazer determinados vazamentos que possuem viés político. Portanto, não se pode brincar com as pessoas, mentir sobre elas ou utilizar indevidamente informações sigilosas de um juiz para fazer vazamentos seletivos”, disparou, em entrevista ao SBT Brasil.

Lula disse que, quando um juiz possui uma informação sigilosa, cabe a ele impedir que o conteúdo seja divulgado de maneira a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas. “É importante recuperar a imagem da instituição Suprema Corte perante a sociedade brasileira, pois não faz sentido a situação atual”, afirmou.

Na avaliação do petista, o presidente do STF, Edson Fachin, agiu corretamente ao tomar medidas para tentar conter a crise no tribunal. “Ele vai ter que pegar esse processo, trazer para si, colocar ordem na casa e fazer com que a Suprema Corte realize um processo de apuração: apurar tudo e divulgar tudo, doa quem doer”, afirmou.

O chefe do Executivo defendeu uma nova reforma do Poder Judiciário. Ele citou a reformulação realizada durante seu primeiro mandato e afirmou que pretende discutir mudanças com a sociedade. “Eu vou conversar com a sociedade brasileira, com tudo que é especialista. Nós precisamos fazer uma reforma no Poder Judiciário da primeira à última instância. É preciso criar critérios, porque senão as pessoas vão virando Deus e acham que podem tudo”, argumentou.

Ele defendeu um debate sobre fixar mandatos para ministros do STF. “Hoje, acho que é preciso a gente discutir um mandato para a Suprema Corte. Ninguém pode

Ricardo Stuckert.



Quando chega a época política, as pessoas começam a fazer determinados vazamentos que possuem viés político. Portanto, não se pode brincar com as pessoas, mentir sobre elas ou utilizar indevidamente informações sigilosas de um juiz para fazer vazamentos seletivos”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Caso Master

O STF vive uma crise institucional que se intensificou nas últimas duas semanas com a divulgação de mensagens entre Daniel Vercaro, dono do Banco Master, e o ministro Alexandre de Moraes. A investigação também mostrou que o ministro do Supremo editou o contrato firmado entre o escritório de sua esposa, Viviane Barci de Moraes, e o Master.

ficar 40 anos no mesmo cargo. Vamos ter de discutir se um advogado pode ter um escritório na Suprema Corte”, destacou. “Uma vez, falei brincando: quem quiser ser da Suprema Corte, não pode querer

ser rico”, acrescentou. Ao comentar pesquisas recentes que apontam sua queda nas intenções de voto, Lula afirmou que os levantamentos não interferem na condução da campanha. De acordo

com ele, os resultados servem como referência para avaliar os próximos passos. “A pesquisa é um reflexo para gente poder saber o que fazer dali para frente. E como tem muita pesquisa, você tem que saber qual é que você avalia”, declarou.

Lula também afirmou que seu governo mantém uma política de responsabilidade fiscal e rejeitou a necessidade de discutir o ajuste como uma questão separada da execução da administração. “No meu governo não tem essa de ficar discutindo ajude fiscal, não. Ajuste fiscal eu faço na prática. São 8 anos mais 4 anos. Agora, 12 anos de responsabilidade fiscal”, frisou.

Sobre o salário mínimo, afirmou que os reajustes não provocam inflação e defendeu a manutenção da política de aumento acima da inflação, considerando também o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao falar a respeito da inflação dos alimentos, o presidente comparou os índices registrados durante o governo Jair Bolsonaro com os de sua gestão. “Eu herdei uma inflação de alimentos no governo Bolsonaro de 56%. Sabe qual é a inflação de alimentos no meu governo? 13%”, afirmou.

Cury rejeita petista e acena para Flávio

» RAFAELA BOMFIM*

Candidato à Presidência pelo Avante, Augusto Cury descartou, ontem, qualquer possibilidade de apoiar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em um eventual segundo turno. Em encontro com operadores do mercado financeiro da Faria Lima, em São Paulo, ele afirmou que nem mesmo uma pequena parcela de seu eleitorado seria direcionada ao petista. “Eu não apoiaria, em hipótese alguma, Lula. Nem 0,01%”, declarou, sob aplausos.

Ao falar sobre um possível apoio ao senador Flávio Bolsonaro (PL), Cury afirmou que não ficaria neutro, mas estabeleceu condições para declarar voto ao presidencial. Segundo ele, o parlamentar precisaria esclarecer sua relação com Daniel Vercaro, dono do Banco Master, além de explicar a destinação de recursos relacionados ao filme *Dark Horse*.

“Ele teria que provar que não é corrupto, teria que explicar o *Dark Horse*”, frisou. Cury também exigiu que Flávio registre em cartório o compromisso de cumprir seu plano de governo. A fala ocorre em meio às investigações envolvendo o Banco Master e questionamentos sobre valores destinados ao projeto cinematográfico ligado ao senador.

A mais recente pesquisa Quaest, divulgada em 7 de setembro,

mostrou Lula com 36% das intenções de voto, seguido por Flávio Bolsonaro, com 29%, enquanto Cury apareceu isolado em terceiro lugar, com 8%. A margem de erro é de dois pontos percentuais. Em uma simulação de segundo turno entre Lula e Flávio, os dois aparecem empatados numericamente, com 41%.

Apesar da posição de independência defendida pelo candidato, o Avante, presidido pelo deputado federal Luís Tibé, mantém alianças estaduais tanto com o PT quanto com o PL. Cury justificou os acordos dizendo que as coligações já estavam definidas quando decidiu disputar a Presidência. “Se vocês encontrarem um partido que é um convento, me chamem que eu vou para lá”, afirmou.

Durante o encontro, Cury defendeu auditorias nas contas públicas, estudos sobre os efeitos da reforma tributária e o fim da escala 6x1, com possíveis exceções para determinados setores.

Para o STF, propôs mudanças no processo de escolha dos ministros, com participação de associações de magistrados e do Ministério Público, além de mandatos de oito anos para integrantes da Corte, exigência de que dois terços dos ministros sejam servidores de carreira e ausência de filiação partidária nos cinco anos anteriores à indicação.

O presidencialista também

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Cury sobre Flávio: “Ele teria que provar que não é corrupto”

afirmou ser favorável ao impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do STF, caso uma eventual investigação identifique crime.

Cury disse que pretende apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o Supremo na primeira semana de um eventual governo. Ao tratar de Moraes, afirmou defender uma investigação “até

as últimas consequências”, sem antecipar julgamento sobre a conduta do ministro. “Se não der, ele continua. Se der, deve ser impeachment. Porque nenhum cargo eletivo ou de carreira pública é dele, mas do contribuinte”, declarou.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Crise do Supremo virou foco da disputa eleitoral e desgasta o governo Lula

A crise do Supremo Tribunal Federal, que está longe de acabar, tornou-se o centro do debate eleitoral. A divisão entre os ministros é apontada pelos candidatos como prova da partidarização da Corte. Ontem, decisões de Flávio Dino deslocaram o foco do governo, que vinha sendo pressionado pelas revelações sobre Alexandre de Moraes e o Banco Master, para o principal candidato de oposição, Flávio Bolsonaro, atingido politicamente pelas investigações sobre o financiamento de *Dark Horse*, cinebiografia de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A Operação Make Up, autorizada por Dino, cumpriu 49 mandatos de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal. Entre os alvos estão o deputado Mário Frias (PL-SP), ex-secretário de Cultura de Bolsonaro e produtor-executivo do filme, e a empresária Karina Gama, responsável pela produção. A investigação apura a destinação de R\$ 2 milhões em emendas parlamentares ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), ligado à produtora.

Auditorias da Controladoria-Geral da União e diligências da Polícia Federal encontraram indícios de documentos produzidos posteriormente para conferir aparência de regularidade a contratações já realizadas. Dino sustentou haver indícios de “uma única organização criminosa, estruturada para captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas”, na qual Mário Frias figuraria como agente central. Também mencionou atos possivelmente interligados ao Primeiro Comando da Capital, hipótese que reforçaria a competência federal e o caráter interestadual das apurações. Os envolvidos negam irregularidades.

A ofensiva judicial mudou o rumo da crise. Até então, o maior desgaste recaía sobre o governo Lula, em razão das suspeitas envolvendo Moraes, o banqueiro Daniel Vercaro, a Procuradoria-Geral da República e a cúpula da Polícia Federal. O caso Master alimentava a narrativa de que autoridades próximas ao governo estariam tentando ocultar relações constrangedoras. Com a Operação Make Up, Flávio Bolsonaro e o PL passaram para a defesa. Entretanto, aprofundou ainda mais o envolvimento do Supremo no processo eleitoral. O outro lado da moeda é o STF ser visto como um comitê eleitoral.

Flávio acusa Dino de promover uma “tentativa de interferência política” nas eleições. “Não tem um centavo de dinheiro público”, afirmou, embora a investigação examine justamente se recursos originários de emendas foram desviados para a produção do filme. O candidato aproveitou para antecipar o perfil de suas futuras indicações ao Supremo: prometeu nomear ministros contrários ao aborto e às drogas e alinhados às pautas conservadoras.

Em vez de defender critérios de independência, reputação jurídica e compromisso constitucional, Flávio descreveu as futuras vagas no STF como instrumento para alterar sua orientação ideológica. E procura apresentar as investigações como parte de uma operação política destinada a favorecer Lula. Com isso, a Corte já não aparece apenas como árbitro das eleições, mas como tema, protagonista e campo de batalha do pleito.

Todos contra um

Ronaldo Caiado também endureceu o discurso. Classificou a crise como uma “cortina de fumaça” que beneficiaria Lula e Flávio, candidatos que, segundo ele, estariam “contaminados pela mesma corrupção”. Caiado chamou de “aberração” a decisão de Dino que reintegrou o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, afastado anteriormente por André Mendonça. E elogiou Edson Fachin por tentar reorganizar os processos e retirar Moraes de investigações nas quais sua imparcialidade passou a ser questionada.

O candidato do PSD anunciou que pretende indicar quatro mulheres para o Supremo, começando pela ex-procuradora-geral da República Raquel Dodge. A proposta transforma as futuras nomeações para a Corte em promessa eleitoral.

Romeu Zema adotou tom mais agressivo. Depois do cancelamento de um pronunciamento de Moraes, declarou que o ministro estava “fugindo da raia” e acrescentou: “Quem não deve, não teme”. Seu vice, Eduardo Girão, defendeu que “tudo venha à tona”. A chapa do Novo convocou uma manifestação pelo impeachment de Moraes, do procurador-geral Paulo Gonet, de Andrei Rodrigues, do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre; e do próprio Lula. A crise do Supremo virou plataforma de campanha.

O PT, por sua vez, tenta evitar que o desgaste da Corte contamine Lula. A Executiva do partido decidiu defender o levantamento do sigilo das investigações, avalia que os vazamentos seletivos podem interferir na igualdade entre os candidatos. Também incorporou ao debate a reforma do Judiciário, com mandatos para ministros dos tribunais superiores e ampliação do CNJ e do CNMP, com maior participação da sociedade civil.

Lula já havia defendido mandatos para integrantes das cortes, e a proposta agora tende a ocupar espaço no programa eleitoral. A mudança de cenário teve impacto direto na sua estratégia de reeleição, profundamente abalada pelas novas contingências. A campanha governista ainda está sem rumo.

A MUDANÇA DE CENÁRIO TEVE IMPACTO NA ESTRATÉGIA DE REELEIÇÃO DE LULA, ABALADA PELAS NOVAS CONTINGÊNCIAS. A CAMPANHA GOVERNISTA AINDA ESTÁ SEM RUMO